



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Gabinete do Vereador Zezinho Botafogo

INDICAÇÃO Nº

/2021

Autor: Vereador **Zezinho Botafogo**

Protocolo do Requerimento

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Setor de Expediente

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

O Vereador que este subscreve, nos termos do art. 167, do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, após ouvido o Plenário, encaminha a INDICAÇÃO, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional de João Pessoa, CÍCERO LUCENA, no sentido de dispor em norma jurídica encaminhando ao Poder Legislativo, Projeto de Lei de sua exclusiva competência, que institui incentivo fiscal (isenção de IPTU) e construtivos (isenção de taxas municipais) para imóveis tombados pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico e artístico, em especial àqueles que comprovadamente investirem na recuperação desses bens.

#### **Justificativa**

Embora o tombamento de bens imóveis, seja entendido como uma espécie de sanção imposta pelo poder público ao dono do bem, que passa a ter seu direito de propriedade limitado, posto que não pode demoli-lo e necessita de autorização prévia do órgão tombador para fazer modificações na edificação. Trata-se de preservação da história com proteção aos bens que possuam valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico, ambiental e que, de certa forma, tenham um valor afetivo para a população.

Entretanto, ultimamente se tornam comuns os incentivos e benefícios outorgados pelo poder público aos proprietários de bens tombados, o que de todo, se justifica, uma vez que um dos princípios que orientam a política de preservação é exatamente o da justa distribuição dos ônus e bônus decorrentes da proteção do patrimônio cultural.

Neste sentido, o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.527/2001), incorporou expressamente a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros como instrumento orientador das políticas de gestão urbana (em que o patrimônio cultural é um dos elementos mais importantes) e estabeleceu:

*Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.*

Tendo em vista o interesse social acerca destes imóveis, diversos municípios tem instituído isenção do Imposto Territorial Urbano (IPTU) para os proprietários de bens tombados que os mantêm em estado de conservação.

Diante do exposto, a concessão de isenção de IPTU e isenção de taxas municipais em caso de restauração e preservação, trata-se de um ato de cidadania que deve ser exercido a fim de que possamos alcançar maior equilíbrio e solidariedade nas ações de proteção ao nosso patrimônio cultural.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, em 18 de agosto de 2021.

  
**ZEZINHO BOTAFOGO**  
Vereador